O Ceará na Presidência do Senado

J. C. Alencar Araripe(*)

Demorou, mas não chega fora de tempo a homenagem do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) ao seu eminente consócio Carlos Mauro Cabral Benevides, por motivo da sua eleição para Presidente do Senado e, em conseqüência, do Congresso Nacional.

Demorou, e foi providencial que assim acontecesse, porque, na manifestação de hoje, não lhe expressamos apenas o nosso regozijo pela sua ascenção a cargo de tanto relevo. Significamos-lhe, igualmente, o nosso aplauso pela maneira como se comporta na alta investidura.

A condição de sócio do Instituto do Ceará assegura-nos o privilégio de convivência, nem sempre valorizada como devia ser, com figuras de superior e variado colorido humano. Entre elas, refulgem concidadãos que militaram na política e representaram o Ceará no Senado da República.

Dos doze fundadores da Casa do Barão de Studart, um existiu que foi Senador, em duas legislaturas, na última década do século passado e na primeira do atual. Trata-se de Joaquim de Oliveira Catunda, cearense de Santa Quitéria. No livro, ainda inédito, que escreveu sobre os Senadores do Ceará, no Império e na República, a nossa diligente confreira Valdelice Carneiro Girão assinala que Catunda se destacou no movimento em favor da abolição da escravidão negra e, como Diretor da Instrução Pública, tomou medida de repercussão, inspirada pelas suas idéias anticlericais: proibiu o ensino religioso nas escolas do governo.

Valdemar Cromwell do Rego Falcão, que ingressou no Instituto do Ceará em 1930, galgou os degraus do Palácio Monroe em 1935, projetando-se a seguir, no Estado Novo, como Ministro do Trabalho e, por fim, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Manoel do Nascimento Fernandes Távora, Deputado Estadual em mais de uma legislatura, interventor federal, deputado federal e senador, foi um dos ornamentos do Instituto do Ceará e seu Presidente de Honra. José Parsifal Barroso e Virgílio de Moraes Fernandes Távora, senadores também, por coincidência, ministros de Estado, do Trabalho e Viação,

---

(*) Discurso pronunciado na sessão solene do dia 24.01.92 quando da outorga do Diploma de Sócio Grande Benemérito ao confrade Senador Mauro Benevides.

respectivamente, e governadores do Estado, o segundo, em dois períodos, ilustraram as cadeiras que ocuparam no centenário sodalício.

Fernandes Távora e Virgílio, pai e filho, não foram contemporâneos nem no Instituto do Ceará nem no Senado, reproduzindo-se na Câmara Alta, quanto aos dois, o que se registrara anteriormente, no Império e na República, envolvendo duas prestigiosas famílias. Francisco de Paula Pessoa e Vicente Alves de Paula Pessoa, pai e filho, o primeiro foi senador de 1848 a 1879 e, o segundo, de 1881 a 1883. Antônio Pinto Nogueira Acioli chefiou a mais longa oligarquia familiar do Ceará, para o que concorreu, de certo, a sua união com Maria Teresa, filha do famoso senador Thomás Pompeu de Sousa Brasil, eclesiástico, como o senador José Martiniano de Alencar, um dos maiores presidentes da Província do Ceará em todos os tempos. Dois filhos de Acioli alcançaram o Senado: Tomás Pompeu Pinto Acioli, de 1909 a 1918, e José Pompeu Pinto Acioli, este, em 1923, com mandato curtíssimo, pois renunciou para evitar luta de facção, como salienta Valdelice Carneiro Girão, no livro já invocado e que vem preencher lacuna na historiografia cearense.

Pelo inusitado, vale a pena rápida digressão para enfocar passagem do livro **O Senado do Império**, de Affonso de E. Taunay, quando o escritor se ocupa das duas vezes em que se sentaram naquela Casa do Parlamento, ao mesmo tempo, pai e filho: Francisco de Lima e Silva e Luis Alves de Lima e Silva e Lucas Antônio Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campo, e o desembargador Antônio Augusto Monteiro de Barros, sobrevivendo o pai ao filho pelo período de dez anos.

"Quanto a Caxias, senador aos 41 anos, - relata o escritor - foi durante um octênio o colega do velho regente seu pai".

"Já muito idoso e sempre autoritário às vezes se suscetibilizava Francisco de Lima quando via o filho divergir do seu modo de votar.

"– Vosmecê parece que às vezes se esquece de que é meu filho, observou-lhe certo dia, meio agastado, finda a sessão e numa roda de velhos senadores.

"E o grande cabo de guerra que sempre lhe demonstrava o maior respeito, beijando-lhe a mão em público, no recinto do Senado, e com toda a reverência, respondeu-lhe, sorridente, à rabujice:

"– Seu filho, mas também seu colega, meu pai..."

"– É isto! Redarguiu-lhe o Regente de 1831 já desarmado pelo glorioso filho, de quem tinha imenso orgulho. Meu colega, um menino destes! Colega de seu velho pai! Nosso colega, meus senhores! Onde iremos parar? Um menino deste, colega de nossas velhices!"

O Primeiro Cearense

A singularidade de Mauro Benevides reside no fato de ser o primeiro cearense a ocupar a presidência do Senado, no Império e na República, e eleito à unanimidade, circunstância que ressalta a estima e o conceito que desfruta entre os seus pares.

Se é o primeiro cearense detentor dessa honraria, não é o primeiro integrante da representação do Ceará que preside o Senado. Essa prioridade cabe ao Marquês de Lages, João Vieira de Carvalho, militar português da arma de Engenharia, eleito por 74 votos para compor a lista enviada a Pedro I.

"Ser senador no Império constituía o supremo anelo dos homens do antigo regime, e com razão porquanto a vitaliciedade daquela culminante posição oferecia a máxima garantia a todos os azares e vaivéns da existência política, do que era o coroamento e a última recompensa, escreveu o Visconde de Taunay em uma de suas mais interessantes obras, **Homens e coisas do Império,** ao historiar os episódios da própria escolha senatorial". Affonso de Taunay, que fez esse registro no livro **O Senado do Império**, acrescenta: "A navegar por mares revoltos, inçados de surpresas e perigos, sujeitos ao combate e à repentinidade dos vendavais, quem podia, com efeito, deixar de ambicionar cheio de esperança e impaciência, o porto livre de tempestades, calmo e sereno, abrigado de todos os contratempos pela natureza e os cuidados da providência humana?"

Ao desejo ardente de alcançar a curul senatorial juntava-se, as mais das vezes, a vontade imperial de recompensar serviços e premiar dedicações. E nesse afã, não se detinha nas lindes da província. É o caso do Marquês de Lages que não se prendia ao Ceará por nenhum liame. A não ser que se leve em conta o apoio que deu, como Ministro de Guerra, à perseguição sangrenta aos revolucionários da República do Equador. "Aparecia em cena para cobrar em votos o sangue que ajudara a derramar", como salienta o saudoso José Aurélio Câmara no livro **Fatos e documentos do Ceará provincial.**

"Notabilizou-se o Ceará pelas dificuldades de alguns de seus pleitos eleitorais", afirmou Affonso de E. Taunay no já citado **O Senado do Império**. O primeiro da relação é justamente aquele de que participara o Marquês de Lages, porque Pedro I o nomeara antes de receber a lista tríplice para o preenchimento da vaga, sem que se conhecesse a ata geral das eleições, ficando patente o açodamento do Imperador, que não respeitara os trâmites constitucionais. Outro pleito realizou-se, nova carta imperial expedida, e só então o português João Vieira de Carvalho chegou ao Senado. Representou o Ceará por 18 anos, de

1829 a 1847, presidindo o Senado no período 1844-1846. Nome de evidência, com trabalhos de mérito na luta contra a escravidão negra, não há notícia de qualquer iniciativa sua em favor desta martirizada Província, que talvez nem sequer tenha visitado, à semelhança de outros senadores que nos foram impostos, por injunções políticas e conveniências da Coroa, e aqui nunca puseram os pés.

A presidência do Senado que nos cumpre celebrar é a de agora, esta, sim, porque o seu titular vem da consagração das urnas e tem um passado de devotamento ao Ceará no exercício do munus parlamentar na órbita do Município, do Estado e da União. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, conduz-se Mauro Benevides com seriedade e aprumo, confirmando qualidades de que dera mostras em circunstâncias anteriores.

Guindado ao posto maior do Parlamento, cabia-lhe corresponder à distinção pautando a sua conduta com exação. Não haveria de ser instrumento de rinhas partidárias que amesquinhariam a Instituição e afrontariam a nobreza do consenso com que foi eleito.

Mauro Benevides não se violentou. Todos o conhecemos pelo equilíbrio e moderação com que age. Mesmo no aceso das campanhas eleitorais, conserva aqueles apanágios. Paira no plano das idéias e das conceituações doutrinárias. Não agride pessoas, o que seria fácil e mais do agrado das massas. A invectiva personalística gera, porém, incompatibilidades que constrangem na dinâmica da política. Refratório, por índole, à hostilidade pessoal, consegue manter de pé a ponte que lhe faculta transitar na direção aonde o levem as convicções partidárias, os ventos da sorte ou a pressão dos acontecimentos.

A Hora do Parlamento

Não é segredo para ninguém que a situação do Brasil encerra aspectos de extrema gravidade. Mas não vamos aprofundar a tese, o que ensejaria transbordamentos intermináveis. Num ponto, creio que o entendimento é pacífico: o Congresso Nacional será o estuário natural para onde convergirão os debates e a procura de solução dos problemas que nos angustiam. É uma contingência inelutável, [illegible] por força da natureza parlamentar infundida na Constituição de [illegible].

Vivemos, aliás, no mundo de hoje, um momento de extraordinária projeção do Parlamento como centro propulsor de reformas e transformações de caráter político, econômico e social. Mesmo nos países do Leste Europeu com Parlamentos formados em regime de partido único, mesmo nesses países, rompidos os grilhões que os prendiam ao declinante poder soviético, as casas legislativas desempenharam papel

relevante no desmoronamento dos muros da intolerância e do totalitarismo. E, recentemente, foi em torno do Parlamento da República Russa, em Moscou, que se cristalizou a resistência democrática ao golpe que determinaria, com certeza, indesejável retrocesso.

Rui Barbosa disse, certa vez, que os partidos monárquicos brigavam entesados, na sua rixa de lagartos. Que os partidos deste fim de século não se dissolvam na posição rasteira dos sáurios.

Imperiosa, por outro lado, a percepção da verdade contida nesta advertência do senador J. William Fulbright, para que não se caia no oposto das concessões demagógicas: É necessário às vezes os governantes fazerem coisas desagradáveis e impopulares porque, como salienta Burke, o dever do político democrático para com os seus eleitores não consiste em atendê-los em todos os seus desejos e preferências mas em dar-lhes o melhor do seu critério e assumir disso toda a responsabilidade.

Valham-nos, nesta hora, os ensinamentos dos dias pretéritos. A história não é um mero ornamento cultural. Chamaram-na de mestra da vida, e assim tem sido entendida, ao passar dos séculos. Devemos vitalizar o conceito. Não fechemos os olhos aos exemplos, não sejamos surdos aos ensinamentos, como não nos é lícito uma postura de indiferença diante da dramática realidade dos dias contemporâneos, no Brasil como no resto do mundo.

John Kennedy escreveu um livro admirável, o maior da sua lavra, Prêmio Pulitzer de 1957: **Política e coragem**. O livro ocupa-se da atuação de oito senadores dos Estados Unidos da América do Norte, das pressões que sofreram, da dignidade com que as suportaram, da impopularidade que afrontaram, dos riscos a que sujeitaram suas carreiras, para serem fiéis a si mesmos e servirem à nação segundo os seus interesses fundamentais e de acordo com os ditames da consciência de cada um.

Projetamos o depoimento de Kennedy, como invocaríamos o testemunho de gente nossa, e felizmente a temos, como expressões de discernimento, desambição e coragem, sinceros consigo mesmos, desvinculados de objetivos pessoais imediatistas, vendo hoje com as antenas ligadas ao passado e ao futuro, no esforço para conservar a passagem que permita a transição sonhada sem novos e maiores atropelos.

Esta é uma hora de tanta grandeza democrática que a ninguém é lícito ser mesquinho. Nos laboratórios da política há o fermento do amanhã. Depois de tanto morticínio, de tragédias humanas inenarráveis, busquemos na fraternidade democrática a felicidade que não encontramos na luta de classes e na rivalidade ideológica.

Momento de Agradecimento

O Instituto do Ceará saúda em Mauro Benevides o timoneiro seguro, sensato e arguto do Senado e do Congresso Nacional, e externa-lhe a confiança de que o Parlamento do Brasil não faltará à sua missão, na histórica encruzilhada que defrontamos. No tocante, em particular, ao Ceará e ao Nordeste, esperamos do caro consócio mantenha a vigilância evidenciada em ocasiões diversas, uma das quais ultimamente, diante da ameaça de seca, quando a sua voz teve ressonância nacional. Porque, para infelicidade nossa, a irregularidade das chuvas continua uma tragédia. Não se armou estrutura que resista ao flagelo que desorganiza a nossa frágil economia e lança ao infortúnio milhões de sertanejos. Apesar do progresso tecnológico, faltou, até hoje, do governo e da sociedade, decisão política para enfrentar a calamidade climática e estabelecer alternativas válidas para o desenvolvimento regional.

Mas este é também um momento de agradecimento ao senador Mauro Benevides pela solicitude com que assiste a Casa do Barão de Studart, que a 4 de março vindouro completará 105 anos. Uma existência gloriosa, de incalculáveis benefícios à cultura, pela permanente dedicação aos estudos históricos, geográficos e antropológicos, sua análise e interpretação.

Nos próximos dias, dar-se-á a assinatura de convênios entre o Instituto do Ceará e o Senado da República, que possibilitarão empreendimentos no campo editorial, envolvendo, inclusive, a revista centenária, de tanta tradição e respeitabilidade.

Em reconhecimento ao devotamento do senador Mauro Benevides ao Instituto do Ceará é que lhe foi entregue o título de Grande Benemérito, preito de justiça de que se faz credor e que resgatamos prazerosos.

Já se disse que o nosso Estado é um dos que melhor conhecem a sua história. Isso se deve, sem dúvida, principalmente aos pioneiros que fundaram esta Casa e aos que se lhes seguiram as pegadas, leais ao ideário que não desvaneceu ao longo de mais de um século.

O seu concurso prestimoso ao Instituto do Ceará, senador Mauro Benevides, corresponde à vocação do homem público voltado para os valores maiores da comunidade a que pertence. Porque s[illegible]ao Instituto do Ceará é uma das maneiras de servir à terra da nossa benquerença.

Referências Bibliográficas

CÂMARA, José Aurélio Saraiva **Fatos e documentos do Ceará provincial.** Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1970. 349 p.

FULBRIGHT, J. W. **Velhos mitos e novas realidades.** Rio de Janeiro/São Paulo: Distribuidora Record, 1965. 106 p.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Os Senadores cearenses – da Monarquia à República.** A publicar.

KENNEDY, John. **Política e coragem.** Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro. 1962. 284 p.

TAUNAY, Afonso de E. **O Senado do Império.** Brasília: Senado Federal. 1978. 244 p.